


Tema: Sector Vitivinícola					Âmbito: Nacional	Tiragem: 131839
Título: Projecto – Reforma do vinho divide União Europeia					Temática: Generalista	GRP: 11.7
2006/09/19	JORNAL DE NOTÍCIAS – PRINCIPAL	Pág.13	Imagem: 1/1		Periodicidade: Diária	Inv.: 937.00

Projecto

Reforma do vinho divide União Europeia

»» Doze países da União Europeia (UE), incluindo Portugal, rejeitaram ontem o projecto de reforma do mercado do vinho, por estimarem que o futuro arranque de vinhas não deve ser deixado à consideração dos produtores mas sim dos executivos por forma a assegurar um equilíbrio entre regiões e a poupar as melhores cepas. Ontem, no Conselho de Ministros da Agricultura da UE, outros aspectos do projecto foram objecto da contestação dos 12, concretamente o arranque voluntário de 400 mil hectares de vinha em cinco anos, a troco de ajudas financeiras no valor de 2,4 mil milhões de euros. Um período que 12 os ministros consideram curto.

À margem da reunião, o ministro Jaime Silva disse que Portugal só estará disposto a deixar arrancar vinhas de má qualidade e algumas bordaduras e numa proporção não superior a 10% dos 240 mil hectares de que o país dispõe, e onde se contam 341 castas.

O Conselho Agrícola e a Comissão vão, em princípio, ter mais tempo do que o previsto para limar arestas. Segundo as delegações portuguesa e espanhola, a comissária do pelouro, Mariann Fischer Boel, admite agora adiar a apresentação, até aqui prevista para Janeiro próximo, da proposta formal da nova Organização Comum do Mercado (OCM) para evitar que as negociações sejam influenciadas pelas eleições presidenciais francesas. Boel acredita na possibilidade de a aprovação final da OCM vir a ocorrer apenas no segundo semestre de 2007, durante a presidência portuguesa da UE.

Menos funcionários

Na mesma ocasião, Jaime Silva reafirmou que vai reduzir em um terço o número de chefias e de organismos do Ministério que dirige ao abrigo do PRACE. No Instituto do Vinho e da Vinha, por exemplo, o número desce de 250 para 50, enquanto a Inspeção Geral de Agricultura verá reforçado o número de agentes em 12%. A proposta final será levada a Conselho de Ministros em Outubro. <

Alexandra Løbão

Correspondente em Bruxelas